

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco") do semestre findo em 30 de junho de 2015, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre o Banco apresentou um lucro de R\$ 144.028 mil, correspondente a R\$ 2,54 por ação, sendo que no segundo semestre de 2014 apresentou lucro de R\$ 78.505 mil. Em 30 de junho de 2015 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 63,83 com aumento de 4,09% em relação ao semestre anterior. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Financeiro,

de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2015, o índice de Basileia do Conglomerado Financeiro era de 17,11%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 3.807.605 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.448.506 mil. **Gerenciamento de Risco:** O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/sg/finance>.

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.477 também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2015, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 20 de agosto de 2015.

São Paulo, 20 de agosto de 2015

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
Circulante	<u>29.279.627</u>	<u>23.050.002</u>	Circulante	<u>23.601.237</u>	<u>17.134.000</u>
Disponibilidades (Nota 5)	<u>208.640</u>	<u>280.262</u>	Depósitos (Nota 16 (a))	<u>2.478.481</u>	<u>2.863.866</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	<u>5.416.674</u>	<u>8.290.145</u>	Depósitos à vista	364.641	243.709
Aplicações no mercado aberto	4.037.449	4.300.414	Depósitos interfinanceiros	1.677.465	2.503.413
Aplicações em depósitos interfinanceiros ..	45.382	116.589	Depósitos a prazo	436.375	116.744
Aplicações em moeda estrangeira	1.333.843	3.873.142	Captações no mercado aberto (Nota 16 (b))	<u>2.975.144</u>	<u>2.008.764</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 7 e 8)	<u>12.149.101</u>	<u>8.455.999</u>	Carteira própria	386.243	-
Carteira própria	4.477.465	5.220.819	Carteira de terceiros	2.049.999	2.008.764
Vinculados à prestação de garantias	4.621.256	2.497.504	Carteira livre movimentação	534.109	-
Vinculados a compromissos de recompra ...	388.636	-	Captação COE	4.793	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.661.744	737.676	Relações Interfinanceiras	<u>3.306</u>	<u>1.893</u>
Relações interfinanceiras e interdependências	<u>106.906</u>	<u>85.766</u>	Recebimentos e pagamentos a liquidar	3.306	1.893
Depósitos no Banco Central	106.895	85.660	Relações interdependências	<u>119.656</u>	<u>12.491</u>
Outros	11	106	Recursos em trânsito de terceiros	119.656	12.491
Operações de crédito (Nota 9)	<u>739.810</u>	<u>547.254</u>	Obrigações por empréstimos (Nota 17)	<u>5.208.195</u>	<u>4.832.020</u>
Empréstimo de ações	913	12.550	Empréstimos no exterior	5.208.195	4.832.020
Setor privado	747.242	535.016	Obrigações por repasses no país	<u>53.946</u>	<u>670</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.141)	(312)	Obrigações por repasses - BNDES	53.946	670
Outros créditos	<u>10.653.837</u>	<u>5.387.050</u>	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	<u>3.407.020</u>	<u>911.321</u>
Carteira de câmbio (Nota 11)	10.164.262	5.003.779	Instrumentos financeiros derivativos	3.407.020	911.321
Rendas a receber	17.215	36.128	Outras obrigações	<u>9.355.489</u>	<u>6.502.975</u>
Negociação e intermediação de valores (Nota 10)	304.809	193.412	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	2.291	2.866
Diversos (Nota 12 (a))	168.795	153.726	Carteira de câmbio (Nota 11)	8.619.887	5.117.496
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(1.244)	(1.387)	Sociais e estatutárias	9.647	8.080
Outros valores e bens	<u>4.659</u>	<u>3.526</u>	Fiscais e previdenciárias (Nota 12 (b))	18.638	1.009.857
Outros valores e bens	769	769	Negociação e intermediação de valores (Nota 10)	267.467	202.061
Despesas antecipadas	3.890	2.757	Diversas (Nota 12 (c))	437.559	162.615
Realizável a longo prazo	<u>1.846.890</u>	<u>4.193.448</u>	Exigível a longo prazo	<u>4.907.586</u>	<u>7.548.569</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 7 e 8)	<u>704.121</u>	<u>2.244.259</u>	Depósitos (Nota 16 (a))	<u>1.197.331</u>	<u>1.085.844</u>
Instrumentos financeiros derivativos	704.121	2.244.259	Depósitos a prazo	1.197.331	1.085.844
Operações de crédito (Nota 9)	<u>282.351</u>	<u>273.857</u>	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	<u>3.132.170</u>	<u>2.216.499</u>
Setor privado	277.582	299.890	Instrumentos financeiros derivativos	3.132.170	2.216.499
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.435)	(26.033)	Obrigações por empréstimos (Nota 17)	-	<u>3.303.857</u>
Outros créditos	<u>860.418</u>	<u>1.675.332</u>	Empréstimos no exterior	-	3.303.857
Diversos (Nota 12 (a))	867.839	1.683.764	Obrigações por repasses no país	-	<u>53.273</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(7.421)	(7.040)	Obrigações por repasses - BNDES	-	53.273
Permanente	<u>997.608</u>	<u>838.822</u>	Outras obrigações	<u>578.085</u>	<u>889.096</u>
Investimentos	<u>841.484</u>	<u>680.008</u>	Fiscais e previdenciárias (Nota 12 (b))	349.842	315.555
Participações em controladas no país (Nota 13)	840.673	679.197	Diversas (Nota 12 (c))	228.243	573.541
Outros investimentos	1.181	1.181	Resultados de exercícios futuros	<u>1.028</u>	<u>1.281</u>
Provisão para perdas	(370)	(370)	Patrimônio líquido (Nota 20)	<u>3.614.274</u>	<u>3.398.422</u>
Imobilizado de uso	<u>145.048</u>	<u>145.809</u>	Capital social	2.453.981	2.453.981
Imóveis de uso (Nota 14)	89.308	89.308	De domiciliados no país	9.032	7.158
Outras imobilizações de uso	107.977	96.639	De domiciliados no exterior	2.444.949	2.446.823
Depreciações acumuladas	(52.237)	(40.138)	Reservas de capital	25.464	25.402
Diferido	<u>-</u>	<u>171</u>	Reservas de lucros	994.151	813.157
Gastos de organização e expansão	12.541	12.541	Lucros acumulados	144.028	102.489
Amortização acumulada	(12.541)	(12.370)	Ajustes de avaliação patrimonial	(3.340)	3.403
Intangível (Nota 15)	<u>11.076</u>	<u>12.834</u>	Ações em tesouraria	(10)	(10)
Outros ativos intangíveis	11.076	12.834	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>32.124.125</u>	<u>28.082.272</u>
Total do ativo	<u>32.124.125</u>	<u>28.082.272</u>			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	2015	2014
Receitas da intermediação financeira	<u>1.986.232</u>	<u>871.701</u>
Operações de crédito	66.368	40.707
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.919.864	830.994
Despesas da intermediação financeira	<u>(1.600.311)</u>	<u>(542.437)</u>
Operações de captações no mercado	(292.285)	(353.134)
Resultado de operações de câmbio	1.205.522	(574.349)
Operações de empréstimos e repasses	(1.618.364)	493.301
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8 (f))	(895.812)	(113.433)
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	628	5.178
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>385.921</u>	<u>329.264</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(187.958)</u>	<u>(186.475)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 23(f))	160.360	134.935
Despesas de pessoal	(341.933)	(250.630)
Resultado de participações em controladas (Nota 13)	79.061	66.778
Outras despesas administrativas (Nota 23(c))	(91.366)	(79.627)
Despesas tributárias	(30.473)	(33.850)
Outras receitas operacionais (Nota 23(d)) ..	66.881	32.719
Outras despesas operacionais (Nota 23(d)) ..	(30.488)	(56.800)
Resultado operacional	<u>197.963</u>	<u>142.789</u>
Resultado não operacional	<u>16</u>	<u>(24)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	<u>197.979</u>	<u>142.765</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	<u>(44.957)</u>	<u>(26.745)</u>
Provisão para imposto de renda	-	(16.229)
Provisão para contribuição social	-	(9.571)
Ativo fiscal diferido	(44.957)	(945)
Participações no lucro	<u>(8.994)</u>	<u>(8.137)</u>
Lucro líquido do semestre	<u>144.028</u>	<u>107.883</u>
Número de ações (Nota 20)	56.625.110	56.625.110
Lucro por ação no final do semestre - R\$	<u>2,54</u>	<u>1,91</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Reserva de atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária				
Em 31 de dezembro de 2013	2.453.981	214	24.939	249	140.064	667.699	-	-	(10)	3.287.136
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	3.403	-	-	3.403
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	99.133	-	-	-	-	-	99.133
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	(99.133)	-	-	-	-	-	(99.133)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	107.883	-	107.883
Destinação do lucro líquido										
Reserva legal	-	-	-	-	5.394	-	-	(5.394)	-	-
Em 30 de junho de 2014	<u>2.453.981</u>	<u>214</u>	<u>24.939</u>	<u>249</u>	<u>145.458</u>	<u>667.699</u>	<u>3.403</u>	<u>102.489</u>	<u>(10)</u>	<u>3.398.422</u>
Em 31 de dezembro de 2014	2.453.981	214	24.939	311	149.383	844.768	(1.337)	-	(10)	3.472.249
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(2.003)	-	-	(2.003)
Transferência de reserva	-	(214)	-	214	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	144.028	-	144.028
Em 30 de junho de 2015	<u>2.453.981</u>	<u>-</u>	<u>24.939</u>	<u>525</u>	<u>149.383</u>	<u>844.768</u>	<u>(3.340)</u>	<u>144.028</u>	<u>(10)</u>	<u>3.614.274</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
Atividades operacionais			Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(1.040.578)</u>	<u>(3.070.096)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>138.831</u>	<u>98.125</u>	Atividades de investimento		
Lucro líquido do semestre	144.028	107.883	Aquisição de imobilizado de uso	(3.415)	(119.822)
Ajuste ao lucro líquido:	(5.197)	(9.758)	Perda na alienação de imobilizado	-	(45)
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(628)	(5.178)	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(3.415)</u>	<u>(119.867)</u>
Depreciações e amortizações	7.320	7.609	Atividades de financiamento		
Resultado de participações em controladas	(79.061)	(66.778)	Aumento em depósitos	63.779	1.026.404
Provisões para contingências	22.215	53.599	Redução em captações no mercado aberto	(1.520.121)	(2.212.529)
Ativo fiscal diferido	44.957	945	Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(9.487.976)	(350.200)
Perda na alienação de imobilizado	-	45	Juros pagos	(11.585)	(10.731)
Variação de ativos e obrigações	<u>(1.179.409)</u>	<u>(3.168.221)</u>	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(10.955.903)</u>	<u>(1.547.056)</u>
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.334.612)	(2.001.032)	Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.999.896)</u>	<u>(4.737.019)</u>
Redução/(Aumento) em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	807.860	(1.052.013)	Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	16.245.985	9.317.695
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)	(4.218)	(20.856)	Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.246.089	4.580.676
Aumento em operações de crédito	(87.744)	(37.442)	Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.999.896)</u>	<u>(4.737.019)</u>
(Aumento)/Redução em outros créditos	(4.442.936)	250.474			
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(1.330)	2.603			
Aumento/(Redução) em outras obrigações	3.839.707	(350.066)			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.411)	(209)			
Redução em resultados de exercícios futuros	(144)	(87)			
Juros recebidos	54.419	40.407			

Continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco, localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 20 de agosto de 2015.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis: (a) **Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de swaps, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps* e termos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Os títulos disponíveis para venda são marcados ao preço de venda (BID). • Ações: cotação de fechamento divulgada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela BM&FBovespa. • CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balanço em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balanço organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. • Instrumentos indexados à TJLP: São realizados ajustes de parâmetros não observáveis onde se aplicam a situações em que um parâmetro ou dados para um modelo de avaliação não apresenta liquidez, não sendo observável ou não podendo ser precisamente extraído a partir de dados de mercado observáveis. Os ajustes de parâmetros não observáveis são utilizados para minimizar esta incerteza no preço do modelo. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos da Resolução nº 2.682 do CMN. (d) **Permanente:** É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 8%, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10% e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008, do CMN tem periodicidade anual. • O diferido está representado, principalmente, por gastos no desenvolvimento de sistemas que são amortizados com base no método linear considerando a taxa de 20% ao ano. Em atendimento à Resolução nº 3.617 do CMN de 30 de setembro de 2008, a Administração decidiu pela permanência dos saldos existentes de diferido em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Foram realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). (e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) **Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2015, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota da CSLL para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. A MP ainda não foi convertida em Lei, estando pendente de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional. Considerando ainda a existência de várias emendas complementares ao projeto de conversão em Lei reduzindo ou elevando a alíquota a patamares diferentes do proposto pelo Executivo, não foi reconhecido qualquer efeito pela referida elevação da alíquota sobre créditos tributários em 30 de junho de 2015. (h) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (i) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN em 30 de junho de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado.**

4. Gerenciamento de riscos e de capital: O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. (a) **Risco de mercado:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do conglomerado prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento onde o Banco é cotista exclusivo). O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco da instituição. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle. (b) **Risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A política de gestão de risco operacional do conglomerado define os procedimentos e padrões de gestão de risco operacional; estabelece responsabilidades, monitoramento e comunicação do risco operacional e estabelece padrões mínimos de governança. A estrutura estabelecida permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais, possibilitando a identificação dos responsáveis pelas ações corretivas. Os principais componentes dessa estrutura,

em face dos requerimentos estabelecidos pela política corporativa de gestão de risco, incluem formalização dos eventos de risco operacional, as autoavaliações de controle e risco, governança e comunicação desses eventos à alta administração e áreas envolvidas. (c) **Risco de liquidez:** É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de limites mínimos a serem aplicados em ativos de alta liquidez do grupo. (d) **Risco de crédito:** É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da Área de Crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. (e) **Gerenciamento de capital:** É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse. 5. **Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 208.640 (2014 – R\$ 280.262) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 4.037.449 (2014 – R\$ 4.300.414) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	4.037.449	4.300.414
Posição bancada	1.463.092	2.291.650
Posição financiada	2.049.999	2.008.764
Posição vendida	524.358	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	45.382	116.589
Aplicações em moeda estrangeira	1.333.843	3.873.142
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	5.416.674	8.290.145

7. Títulos e Valores Mobiliários - T.V.M.

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2015	Valor de mercado em 2014
Títulos para negociação	9.057.298	(1.264)	9.056.034	7.291.736
Carteira própria	4.476.024	1.441	4.477.465	4.794.232
LFT	73.920	1.955	75.875	65.844
LTN	605.857	173	606.030	823.223
NTN-B	77.914	(683)	77.231	350.176
NTN-C	49	(4)	45	47
NTN-F	174.111	150	174.261	583.754
Cotas de fundos de investimentos	3.539.505	-	3.539.505	2.958.879
Ações	4.668	(150)	4.518	12.309
Vinculados à prestação de garantias	4.193.148	(3.215)	4.189.933	2.497.504
LFT	520.564	4	520.568	241.563
LTN	3.252.650	(1.259)	3.251.391	1.730.968
NTN-B	152.286	(1.648)	150.638	347.255
NTN-C	3.211	(154)	3.057	2.951
NTN-F	264.437	(158)	264.279	174.767
Vinculados a compromissos de recompra	388.126	510	388.636	-
LTN	388.126	510	388.636	-
Títulos disponíveis para venda	436.891	(5.568)	431.323	426.587
Carteira própria	-	-	-	426.587
LTN	-	-	-	426.587
Vinculados à prestação de garantias	436.891	(5.568)	431.323	-
LTN	436.891	(5.568)	431.323	-
Total da carteira de T.V.M.	9.494.189	(6.832)	9.487.357	7.718.323

(b) **Cotas de fundos de investimentos:** As cotas de fundos de investimento estão representadas, basicamente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento financeiro exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/ (Passivo) 2015	Ativo/ (Passivo) 2014
Fundo de investimento financeiro - exclusivo	3.482.767	2.860.973
Títulos e valores mobiliários	3.678.174	2.891.990
Ações	167.578	217.897
LTN	9.441.637	4.510.153
LFT	78.540	52.359
NTN-B	20.063	69.360
NTN-F	14.171	41.735
Credores por empréstimos de ações	(6.043.924)	(2.008.390)
Direitos por empréstimos de ações	109	8.876
Mercado futuro	4.609	7.102
Futuro - DDI	-	7.043
Futuro - DI	(926)	(120)
Futuro - Dólar	-	63
Futuro - Índice	4.721	60
Futuro - DAP	-	49
Futuro - ISP	814	7
Swap	(50.757)	(3.921)
Swap	(50.757)	(3.921)
Opções	5.963	(18.674)
Ações	10.023	17.031
Ibovespa	13.117	(3.185)
Flexíveis	(11.673)	10.890
Futuro	(5.504)	(43.410)
Diversos	(155.299)	(15.544)
Valores a pagar	(155.299)	(15.544)
Disponibilidades	77	20
Outros fundos	56.738	97.906
Total cotas de fundos de investimento	3.539.505	2.958.879

(c) Composição por prazos de vencimentos - T.V.M.

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	4.518	3.891.726	123.994	270.205	187.086	4.477.529
Vinculados à prestação de garantias	-	464.590	3.163.858	414.866	577.878	4.621.192
Vinculados a compromissos de recompra	-	388.636	-	-	-	388.636
Total da carteira - 2015	4.518	4.744.952	3.287.850	685.071	764.964	9.487.357
Total da carteira - 2014	12.309	3.086.633	2.811.019	824.042	984.320	7.718.323

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2015	Valor nominal 2014
Operações de swap	637.504	3.752.966	53.250.053	23.689.677
Taxa de juros	116.783	246.810	6.557.307	2.070.510
Moeda	337.337	1.705.630	40.551.276	17.225.966
Outros	192.675	1.800.526	6.141.470	4.393.201
Ajustes prudenciais ¹	(9.291)	-	-	-
Operações com opções	108.296	117.791	13.855.662	10.043.633

Continua...

...continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2015	Valor nominal 2014
Compra de opção de:	108.296	-	6.920.330	5.028.536
Compra de dólar	48.925	-	3.000.696	1.087.685
Compra de índice de ação	5.324	-	913.436	1.361.415
Compra de ação	37.811	-	945.621	338.820
Venda de dólar	2.020	-	1.067.022	728.214
Venda de índice de ação	11.444	-	858.450	1.309.792
Venda de ação	3.104	-	135.105	202.610
Ajustes prudenciais ¹	(332)	-	-	-
Venda de opção de:	-	117.791	6.935.332	5.015.097
Compra de dólar	-	48.706	2.990.947	1.087.685
Compra de índice de ação	-	6.837	913.436	1.361.414
Compra de ação	-	43.481	950.349	276.131
Venda de dólar	-	2.098	1.071.274	728.214
Venda de índice de ação	-	13.294	858.450	1.309.792
Venda de ação	-	3.375	150.876	251.861
Operações com futuros	99.128	54.824	85.014.257	31.867.603
Posição comprada	8.607	42.554	22.154.410	8.295.218
Cupom cambial – DDI	-	30.890	6.422.318	11.351
DI de 1 dia	8.607	-	14.523.709	1.472.887
Dólar	-	11.664	1.208.383	6.810.980
Cupom IPCA	-	-	-	-
Posição vendida	90.521	12.270	62.859.847	23.572.385
Selic - OC ¹	-	3.523	23.041.428	7.722.876
Cupom cambial – DDI	88.615	-	17.078.660	1.627.123
DI de 1 dia	68	5.242	22.097.306	6.193.833
Dólar	1.662	3.505	431.738	7.512.419
Cupom IPCA	176	-	210.715	435.605
Índice de ação	-	-	-	80.529
Operações a termo	1.543.410	1.543.892	1.542.903	1.823.545
Posição comprada - títulos	683.631	683.124	683.124	570.278
Posição vendida - títulos	859.779	860.768	859.779	1.253.267
Outros derivativos	1.076.655	1.124.541	34.624.365	12.995.751
Moedas	1.051.244	1.089.411	33.575.829	12.995.751
Outros	27.658	35.130	1.048.536	-
Ajustes prudenciais ¹	(2.247)	-	-	-

Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo e opções estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

¹ Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2015	Valor de mercado 2014
Ativo	3.248.808	117.057	3.365.865	2.981.935
Operações de swap	596.437	41.067	637.504	698.340
Operações a termo	1.542.903	507	1.543.410	1.823.296
Prêmio de opções	89.565	18.731	108.296	154.048
Outros derivativos	1.019.903	56.752	1.076.655	306.251
Passivo	6.338.433	200.757	6.539.190	3.127.820
Operações de swap	3.590.615	162.351	3.752.966	970.141
Operações a termo	1.542.903	989	1.543.892	1.821.931
Prêmio de opções	91.926	25.865	117.791	142.102
Outros derivativos	1.112.989	11.552	1.124.541	193.646

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2015	Total 2014
Operações de swap	5.367.171	18.573.233	10.891.538	18.418.111	53.250.053	23.689.677
Operações com opções - Comprada	698.384	5.979.362	242.584	-	6.920.330	5.028.536
Operações com opções - Vendida	710.196	5.983.017	242.119	-	6.935.332	5.015.097
Operações de futuros - Comprada	7.029.994	3.956.274	5.708.132	5.460.009	22.154.410	8.295.218
Operações de futuros - Vendida	13.036.326	42.817.863	6.641.658	364.000	62.859.847	23.572.385
Operações a termo - Comprada	-	467	362.803	319.854	683.124	570.278
Operações a termo - Vendida	-	202.797	420.237	236.745	859.779	1.253.267
Outros derivativos	14.178.543	15.856.377	3.475.017	1.114.428	34.624.365	12.995.751

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip)	Total 2015	Total 2014
Operações de swap	26.801.590	26.448.463	53.250.053	23.689.677
Operações com opções - Comprada	6.119	6.914.211	6.920.330	5.028.536
Operações com opções - Vendida	26.617	6.908.715	6.935.332	5.015.097
Operações de futuros - Comprada	22.154.410	-	22.154.410	8.295.218
Operações de futuros - Vendida	62.859.847	-	62.859.847	23.572.385
Operações a termo - Comprada	-	683.124	683.124	570.278
Operações a termo - Vendida	-	859.779	859.779	1.253.267
Outros derivativos	-	34.624.365	34.624.365	12.995.751

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2015	Total 2014
Operações de swap	83.237	9.183.986	6.934.634	10.716.719	26.331.477	53.250.053	23.689.677
Operações de Opções	123.316	3.682.248	2.757.797	7.259.565	32.736	13.855.662	10.043.633
Operações de Futuros	-	-	-	-	85.014.257	85.014.257	31.867.603
Operações de Termo	-	-	1.542.903	-	-	1.542.903	1.823.545
Outros derivativos	21.067	20.374.531	1.234.115	12.994.652	-	34.624.365	12.995.751

(f) Resultado por produto

	Receita	Despesa	Resultado líquido 2015	Resultado líquido 2014
Operações de swap	30.430.540	(31.326.352)	(895.812)	(113.433)
Operações de opções	14.478.553	(13.797.428)	681.125	(226.763)
Operações de futuros	128.918	(118.546)	10.372	(35.139)
Operações de termo	14.481.218	(15.875.339)	(1.394.121)	(5.285)
Operações a termo	747	(1.068)	(321)	967
Outros derivativos	1.341.104	(1.533.971)	(192.867)	152.787

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à BM&FBovespa são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 4.621.192 (2014 - R\$ 2.497.504), registradas como vinculadas à prestação de garantias.

9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 879.292 (2014 – R\$ 678.235), títulos descontados no montante de R\$ 81.281 (2014 – R\$ 102.648), financiamentos no montante de R\$ 64.251 (2014 – R\$ 54.023) e empréstimos de ações no montante de R\$ 913 (2014 – R\$ 12.550) classificados em Operações de crédito, por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 939.873 (2014 – R\$ 542.222), classificados em Carteira de câmbio.

(a) Concentração de crédito

	2015	2014
Principal devedor	379.488	110.819
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	19%	8%
Dez maiores devedores	1.150.711	787.978
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	59%	56%

(b) Composição por nível de risco

	2015		2014	
	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
Nível de risco				
AA	1.517.914	-	1.035.454	-
A	265.722	1.328	287.823	1.439
B	151.867	1.519	21.515	215
C	28.510	855	1.511	45
G	1.597	1.118	43.375	26.033
Total	1.965.610	4.820	1.389.678	27.732

(c) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo inicial	5.638	33.102
Reversão de provisão	(818)	(5.370)
Saldo final	4.820	27.732

Adicionalmente, foi constituída no semestre provisão no valor de R\$ 190 (2014 – R\$ 192) referente a títulos e créditos a receber sem características de concessão de crédito, classificada em "Outros créditos". O saldo da provisão dos referidos títulos e créditos totalizam R\$ 7.421 (2014 – R\$ 7.040). Não houve renegociação de créditos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014. **10. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de valores" no ativo referem-se a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 204.420 (2014 – R\$ 60.821) e operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 100.389 (2014 – R\$ 132.591) e, no passivo, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 4.847 (2014 – R\$ 147.931), operações com passivos financeiros a liquidar no valor de R\$ 251.229 (2014 – R\$ 51.088) e credores por empréstimos de ações R\$ 8.052 (2014 – R\$ 1.707). **11. Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio:** "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 7.528.382 (2014 - R\$ 3.516.340), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 2.685.036 (2014 – R\$ 1.903.233) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional no valor de R\$ 56.687 (2014 – R\$ 403.624) e estrangeira no valor de R\$ 561 (2014 – R\$ 17.077). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas, principalmente, por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 2.658.918 (2014 – R\$ 1.893.258) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 6.892.750 (2014 – R\$ 3.761.552) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio no valor de R\$ 931.816 (2014 – R\$ 537.314).

12. Outros créditos e outras obrigações

(a) Outros créditos - diversos

	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia (Nota 18 (a))	736.377	1.268.809
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	229.405	537.860
Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito	22.062	8.432
Impostos e contribuições a compensar	32.411	3.503
Outros	16.379	18.886
Total	1.036.634	1.837.490

(b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher	18.638	59.595
Provisão para riscos fiscais (Nota 18)	349.842	1.238.591
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	27.226
Total	368.480	1.325.412

(c) Outras obrigações - diversas

	2015	2014
Despesas com pessoal	342.753	246.238
Ações cíveis (Nota 18)	94.983	397.775
Processos trabalhistas (Nota 18)	44.727	40.030
Despesas administrativas	11.038	10.524
Credores diversos - exterior	140.961	22.067
Outros	31.340	19.522
Total	665.802	736.156

13. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total em 2015	Total em 2014
Participação no capital integralizado - %	100,00	100,00	-	-
Patrimônio líquido	275.139	565.534	840.673	679.197
Lucro líquido do semestre	42.614	36.447	-	-
Resultado de participações em controladas	42.614	36.447	79.061	66.778
Valor contábil do investimento	275.139	565.534	840.673	679.197

14. Imobilizado de uso: "Imóveis de uso" estão representados em 30 de junho de 2015 e 2014 por edificações, no valor de R\$ 43.105 e terrenos, no valor de R\$ 46.203. "Outras imobilizações de uso" estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 51.411 (2014 - R\$ 41.142), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 36.769 (2014 - R\$ 35.234). **15. Ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda, no valor de R\$ 8.576 (2014 – R\$ 10.334) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2014 – R\$ 2.500).

16. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 2015	Total 2014
Depósitos à vista	364.641	-	-	-	-	-	364.641	243.709
Depósitos interfinanceiros	-	627.256	1.050.209	-	-	-	1.677.465	2.503.413
Depósitos a prazo	-	174.466	261.909	626.671	570.419	241	1.633.706	1.202.588
Total	364.641	801.722	1.312.118	626.671	570.419	241	3.675.812	3.949.710

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	Total 2015	Total 2014
Operações compromissadas carteira própria	386.243	386.243	-
Operações compromissadas carteira de terceiros	2.049.999	2.049.999	2.008.764
Operações compromissadas carteira livre movimentação	534.109	534.109	-
Operações compromissadas captação COE	4.793	4.793	-
Total	2.975.144	2.975.144	2.008.764

...continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis		Fiscais e previdenciárias		Total	
	Trabalhistas	Obrigações legais e outros passivos contingentes	em 2015	em 2014	em 2015	em 2014
Saldo inicial	87.161	42.363	343.961	473.485	1.634.529	
Despesas financeiras – juros	8.791	1.140	9.816	19.747	53.411	
Constituições	500	1.308	661	2.469	188	
Anistia	-	-	-	-	(9.573)	
Reversões	(497)	(84)	(4.596)	(5.177)	(1.707)	
Pagamentos	(972)	-	-	(972)	(452)	
Saldo final	94.983	44.727	349.842	489.552	1.676.396	

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro/2014, e a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.

(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes: A instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 138.480 (2014 – R\$ 106.492); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 106.560 (2014 – R\$ 104.576); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 748 (2014 – R\$ 726); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 30.253 (2014 – R\$ 29.405) e (v) outros casos que totalizam R\$ 8.225 (2014 – R\$ 7.956). **(e) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações trabalhistas contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 20.299 (2014 – R\$ 15.210). **(f) Ações cíveis:** O Banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, incluindo aquelas que são parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Adicionalmente, em anos anteriores, foi constituída provisão referente à discussão sobre penas de multas pecuniárias aplicadas à esta instituição. O montante provisionado representa a avaliação da administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam a R\$ 5.359 (2014 – R\$ 8.098). **19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2015	2014
Diferenças temporárias	181.195	523.810
Contingências fiscais	-	177.981
Contingências cíveis	26.539	163.278
Contingências trabalhistas	17.891	16.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.159	13.909
Provisão para honorários advocatícios	4.263	3.762
Provisão para participação nos lucros	34.533	29.745
Marcação a Mercado – TVM e derivativos	17.954	56.228
Ajuste - despesas pré-operacionais	5.197	6.752
Unidades de ações restritas – RSU	65.694	39.382
Outros	965	16.761
Prejuízos fiscais e base negativa	48.210	14.050
Total de créditos tributários – ativo	229.405	537.860

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 4.616 (2014 - R\$ 53.838) sobre diferenças temporárias e R\$ 26.455 sobre prejuízo fiscal e base negativa, tendo sido realizado R\$ 74.692 (2014 - R\$ 43.853) sobre diferenças temporárias e em 2014 R\$ 10.930 sobre prejuízo fiscal e base negativa. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 229.405 é estimada em 35% no 1º ano, 20% no 2º ano, 19% no 3º ano, 3% do 4º ao 5º ano e 4% do 6º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 161.144 (2014 - R\$ 409.921). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R\$ 154.861 (2014 - R\$ 36.565). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2015	2014
Resultado antes do IR e CSLL – deduzida a participação nos lucros	188.985	134.628
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(75.594)	(53.851)
Resultado de participação em controladas	31.624	26.711
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.463)	(1.340)
Outros	476	1.735
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	30.637	27.106
Resultado de IR e CSLL no semestre	(44.957)	(26.745)

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 56.625.110 ações nominativas, sendo 54.707.958 ordinárias e 1.917.152 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de Lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. **21. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan CCVM S.A. e J.P. Morgan S.A. DTVM são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2015		2014	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira	207.034	-	280.307	-
JP Morgan Chase Bank London	21.634	-	13.062	-
JP Morgan Chase Bank National Association	185.400	-	267.245	-
Aplicação em moeda estrangeira	1.333.843	2.182	3.873.142	1.648
JP Morgan Chase Bank National Association	1.333.843	2.182	3.873.142	1.648
Instrumentos financeiros derivativos	(502.145)	(23.380)	(170.099)	(17.527)
JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch	23.863	(20.153)	(894)	(7.674)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(526.008)	(3.227)	(169.205)	(9.853)
Serviços prestados a receber	13.037	93.058	5.882	78.239
JP Morgan Asset Management (Europe)	190	700	135	733
JP Morgan Chase Bank National Association	3.769	22.253	2.352	17.213
JP Morgan Securities LLC	8.904	13.657	3.395	16.345
JP Morgan Limited	-	6.979	-	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	-	-	16.833
JP Morgan Whitefriars	-	49.295	-	27.115
JP Morgan Securities PLC - Paris Branch	174	174	-	-

	2015		2014	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Outros valores a receber / (a pagar)	(290)	(358)	(205)	(845)
JP Morgan CCVM S.A.	(290)	(358)	(205)	(845)
Depósitos à vista	(2.149)	-	(6.696)	-
CMH Ltda.	(83)	-	(4.718)	-
Gaborone Participações Ltda.	(79)	-	(86)	-
JPM Gavea Gestão de Patrimônio Ltda.	(24)	-	(107)	-
JP Morgan CCVM S.A.	(862)	-	(804)	-
JP Morgan S.A. DTVM	(367)	-	(116)	-
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	(60)	-	(47)	-
JP Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(38)	-	(53)	-
Norchem Holdings e Negocios S.A.	(161)	-	(82)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(272)	-	(54)	-
OEP Brasil Ltda.	(203)	-	(629)	-
Depósitos a prazo	(2.028)	(68.910)	-	-
OEP Brasil Ltda.	(913)	(48)	-	-
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(1.115)	(68.862)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(1.677.465)	(119.309)	(2.503.413)	(85.542)
JP Morgan S.A. DTVM	(661.514)	(64.258)	(1.334.567)	(32.003)
JP Morgan CCVM S.A.	(552.159)	(29.835)	(482.746)	(20.691)
JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch	(463.792)	(25.216)	(686.100)	(32.848)
Obrigações por operações compromissadas	(2.125.989)	(36.646)	(363.948)	(94.297)
JP Morgan S.A. DTVM	-	-	-	(26.492)
JP Morgan CCVM S.A.	(27.100)	(1.482)	(21.500)	(2.774)
JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch	(40.299)	(2.419)	(15.800)	(3.538)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(2.058.590)	(32.745)	(326.648)	(61.493)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(5.208.195)	(9.897)	(8.135.628)	(9.921)
JP Morgan Chase Bank National Association	(5.208.195)	(9.718)	(8.080.580)	(9.750)
JPMCB NY Branch-Intl	-	(179)	(55.048)	(171)
Negociação e intermediação de valores	81.423	576	(23.786)	354
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	-	365	-	272
JP Morgan CCVM S.A.	81.423	-	(23.786)	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	211	-	82
Despesa de pessoal	(156.629)	(24.301)	(107.446)	(25.954)
JPMorgan Chase & CO.	(156.629)	(24.301)	(107.446)	(25.954)
Resultado não operacional	-	-	-	(40.108)
JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch	-	-	-	(40.108)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa no semestre com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Salários e encargos	12.379	9.968
Participação nos lucros e gratificações	39.889	18.929
Encargos sobre gratificações	13.720	6.477
Planos de aposentadoria e pensão	741	595
Outros benefícios	518	855

22. Benefícios: (a) Fundo de pensão: O Banco J.P. Morgan S.A. é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão, constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 7.808 (2014 – R\$ 6.219) para o fundo. **(b) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2015	2014
Ações em circulação em 01/01/2015	899.959	41.854
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	110.812	6.195
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(509.489)	(21.440)
Ações em circulação em 30/06/2015	501.282	26.609

	2015	2014
Ações em circulação em 01/01/2014	1.123.286	46.454
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	222.214	12.861
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(435.908)	(17.087)
Ações em circulação em 30/06/2014	909.592	42.228

O montante que transitou no Patrimônio Líquido, no primeiro semestre de 2014, em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R\$ 99.133 (Nota 3 (j)). Não houve repagamentos à matriz durante o primeiro semestre de 2015. O valor do passivo em 30 de junho de 2015, incluindo encargos sociais, é de R\$ 225.595 (2014 - R\$ 141.814). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R\$ 53.367 (2014 – R\$ 36.530), incluindo os encargos sociais. **23. Outras informações: (a)** O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 29.128.099 (2014 - R\$ 28.841.375). **(b)** Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 976.731 (2014 - R\$ 946.094). **(c)** “Outras despesas administrativas” referem-se as contas apresentadas no quadro abaixo:

	2015	2014
Despesas de serviços com o sistema financeiro	20.138	15.120
Despesa com serviços de terceiros	11.302	10.172
Despesas com viagens	7.630	7.073
Despesas com sistemas e tecnologias	5.202	5.140
Despesas com manutenção e conservação	3.147	5.377
Despesas de comunicação	5.485	4.684
Despesas com aluguel	6.621	6.948
Despesas de depreciação e amortização	7.328	7.638
Despesas diversas	24.513	17.475
Total	91.366	79.627

(d) Composição de “Outras receitas operacionais” e “Outras despesas operacionais”

	2015	2014
Outras receitas operacionais	66.881	32.719
Reversão de provisões operacionais	18.896	37
Atualização de depósitos judiciais	33.342	30.060
Outras	14.643	2.622
Outras despesas operacionais	30.488	56.800
Atualização monetária de provisão para outras obrigações - fiscais, previdenciárias e cíveis (Nota 18 (b))	19.747	52.203
Outras	10.741	4.597

(e) As participações estatutárias no lucro referem-se a provisionamentos mensais das participações dos funcionários no lucro e nos resultados do Banco. **(f)** “Receitas de prestação de serviços” referem-se, principalmente, a administração de fundos de R\$ 13.652 (2014 – R\$ 14.184), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 14.786 (2014 – R\$ 10.826), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 31.517 (2014 – R\$ 24.562) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 93.058 (2014 – R\$ 77.888). **(g)** Conforme estabelecido na Resolução 3.263, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. **(h)** O CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pelo Banco Central do Brasil, é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016. A instituição está avaliando os impactos do pronunciamento.

...continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por

fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de agosto de 2015


PwC PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de junho de 2015, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; (b) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria, devido às responsabilidades atribuídas ao Comitê pela Resolução nº 3.477, de 26 de julho de 2007; (c) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas

em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho 2015.

São Paulo, 20 de agosto de 2015